



**ENAN
PUR 2023**
Belém 22 a 26 de maio



A agricultura camponesa: resiliência e alternativa ao desenvolvimento

Joana do Amaral Antoniak

Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Campus Pato Branco

Miguel Angelo Perondi

Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Campus Pato Branco

Ary Gustavo da Silva Cesar

Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Campus Pato Branco

Marilis Dambroski

Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Campus Pato Branco

Sessão Temática 13: Identidade e territórios: adaptação e resiliência

Resumo. A busca por alternativas de desenvolvimento para enfrentar as consequências causadas pelo capitalismo faz com que estratégias de desenvolvimento que foram ignoradas pelo modelo imposto sejam reconsideradas, devido à crise que o mundo enfrenta. Neste cenário o etnodesenvolvimento e a agricultura camponesa são estudados como formas alternativas ao modelo de desenvolvimento dominante, pois são exemplos de resistência e preservação de suas dinâmicas, mesmo diante da agressividade do capitalismo. Esses sistemas possuem características baseadas em princípios que garantiram sua sobrevivência. Dessa forma, o objetivo deste estudo é realizar uma breve exposição dos tipos de agricultura familiar praticadas na atualidade, compreender suas diferenças e relacionar com a abordagem do etnodesenvolvimento, elencando princípios que permitem a sobrevivência e permanência da agricultura camponesa frente ao desenvolvimento da sociedade de mercado. Para isso, as definições foram baseadas nas obras de Jan Douwe van der Ploeg (2006) sobre os tipos de agricultura, as considerações de Polanyi (2000) referentes às sociedades não-mercantis e sociedade de mercado e de Stavenhagen (2018) sobre o etnodesenvolvimento. Os sistemas que resistem são exemplos para serem estudados e colocados em prática para uma agricultura familiar com mais autonomia e protagonismo, sendo propulsora do desenvolvimento local e também uma alternativa para problemáticas atuais.

Palavras-chave. agricultura familiar; campesinato; etnodesenvolvimento; desenvolvimento local.

Peasant agriculture: resilience and alternative to development

Abstract. The search for development alternatives to face the consequences caused by capitalism means that development strategies that were ignored by the imposed model are reconsidered, due to the crisis that the world is facing. In this scenario, ethnodevelopment and peasant agriculture are studied as alternative forms to the dominant development model, as they are examples of resistance and preservation of their dynamics, even in the face of the aggressiveness of capitalism. These systems have characteristics based on principles that ensured their survival. Thus, the objective of this study is to carry out a brief exposition of the types of family farming currently practiced, understand their differences and relate them to the ethnodevelopment

approach, listing principles that allow the survival and permanence of peasant agriculture in the face of the development of market society. . For this, the definitions were based on the works of Jan Douwe van der Ploeg (2006) on the types of agriculture, the considerations of Polanyi (2000) referring to non-mercantile societies and market society and Stavenhagen (2018) on ethnodelopment . The systems that resist are examples to be studied and put into practice for family farming with more autonomy and protagonism, driving local development and also an alternative to current problems.

Keywords: family farming; peasantry; ethnodelopment; local development.

Agricultura campesina: resiliencia y alternativa al desarrollo

Resumen. La búsqueda de alternativas de desarrollo para enfrentar las consecuencias provocadas por el capitalismo hace que se reconsideren estrategias de desarrollo que fueron ignoradas por el modelo impuesto, debido a la crisis que enfrenta el mundo. En este escenario, el etnodesarrollo y la agricultura campesina se estudian como formas alternativas al modelo de desarrollo dominante, en tanto son ejemplos de resistencia y preservación de sus dinámicas, incluso frente a la agresividad del capitalismo. Estos sistemas tienen características basadas en principios que aseguraron su supervivencia. Así, el objetivo de este estudio es realizar una breve exposición de los tipos de agricultura familiar que se practican actualmente, comprender sus diferencias y relacionarlas con el enfoque del etnodesarrollo, enumerando principios que permitan la supervivencia y permanencia de la agricultura campesina frente a la desarrollo de la sociedad de mercado. Para ello, las definiciones se basaron en los trabajos de Jan Douwe van der Ploeg (2006) sobre los tipos de agricultura, las consideraciones de Polanyi (2000) referentes a las sociedades no mercantiles y sociedad de mercado y Stavenhagen (2018) sobre el etnodesarrollo. Los sistemas que resisten son ejemplos a estudiar y poner en práctica para una agricultura familiar con mayor autonomía y protagonismo, motor del desarrollo local y también una alternativa a los problemas actuales.

Palabras clave: agricultura familiar; campesinado; etnodesarrollo; desarrollo local.

1. INTRODUÇÃO

A busca por alternativas de desenvolvimento socialmente justo, economicamente viável, tecnicamente possível e ambientalmente correto compõem as preocupações da atualidade devido a necessidade de mitigar e trazer alternativas para as graves consequências do modelo de desenvolvimento do capitalismo, que pode ser “conceituado como uma “sociedade de mercado”, em função da relação com os produtos, a produção e a reprodução social dos indivíduos” (SCHNEIDER; ESCHER, 2011, p. 195). O avanço do capitalismo e a forma com que as mudanças resultantes deste afetaram a organização mundial, e continuam fomentando transformações atualmente, tornou-se um dos principais problemas para diversas atividades econômicas, povos e para a natureza.

O modelo de desenvolvimento instaurado a partir da sociedade de mercado modificou os sistemas econômicos existentes nas sociedades não-mercantis, impactando os locais onde chegou, inclusive os espaços rural e urbano. A necessidade da superação do “primitivo” em detrimento do progresso, da modernização e da tecnologia como formas de desenvolvimento da humanidade, colocou o espaço rural “como resíduo da urbanização (esta sim, signo da modernidade)” (SCHNEIDER; ESCHER, 2011, p. 202). Portanto, “esse lugar de atraso” (SCHNEIDER; ESCHER, 2011, p. 202) foi palco de transformações intensas causadas pelo capitalismo. A substituição da agricultura de subsistência pela lógica de acumulação e a forte influência de condições mercadológicas, que funcionam de forma diferente dos princípios que estavam presentes, tiveram impacto direto nas dinâmicas de produção e de vida do espaço rural. Essas modificações ignoraram trajetórias, povos e dinâmicas

que passaram no filtro do tempo, resistindo aos mais diversos tipos de adversidades e que sobrevivem até hoje, atestando sua viabilidade, apesar dos diversos tipos de pressão aos quais são submetidos.

Essa resistência e manutenção das dinâmicas podem ser encontradas em comunidades que mantêm suas atividades funcionando de maneira independente das regras do mercado. Nesses locais verifica-se a permanência de princípios comportamentais, que são praticados desde as sociedades não-mercantis e que integravam o sistema econômico da época, como Polanyi descreve em "A grande transformação". Uma das categorias importantes a ser destacada entre os grupos que ainda conseguem se relacionar a partir de suas dinâmicas próprias é o campesinato. Segundo Stavenhagen (2018), o "campesinato ainda constitui a maior parte da população e, certamente, a mais ampla das categorias sociais, sendo ainda a agricultura a principal ocupação" (STAVENHAGEN, 2018, p. 21). Porém, mesmo sabendo disso "a teoria do desenvolvimento agrícola, de modo bastante leviano, desprezou o campesinato como desinteressante, os agricultores tradicionais como marginais, e concentrou sua atenção no setor moderno" (STAVENHAGEN, 2018, p. 21).

Em função da teoria clássica do desenvolvimento tratar de "trabalho, capital, tecnologia, empreendimentos, firmas, salários, lucros, poupanças, investimentos e produtividade as unidades domésticas não apareciam" (STAVENHAGEN, 2018, p. 22). Porém, "a verdade é que estas são a base fundamental do sistema econômico e social" (STAVENHAGEN, 2018, p. 22). Dessa forma, "a renovada preocupação com os camponeses e as unidades domésticas no desenvolvimento leva-nos, necessariamente, a unir os dois conceitos" (STAVENHAGEN, 2018, p. 23). Ainda, segundo o autor:

... podemos falar de unidades domésticas camponesas como uma categoria analítica e como objeto do planejamento econômico e social. No entanto, pesquisas comparativas rigorosas sobre a economia doméstica, quer seja camponesa ou urbana, estão apenas começando, e podem demorar bastante a ser incorporadas, de maneira geral, aos objetivos dos planejadores nacionais (STAVENHAGEN, 2018, p. 23-24).

Essa constatação se dá devido ao:

... papel da economia camponesa no desenvolvimento econômico e social que tornou-se agora o principal tema de pesquisa nas ciências sociais. A antropologia, a sociologia, a economia agrícola, a história econômica e outras disciplinas preocupam-se com ela. Até a ciência política passou a interessar-se por movimentos políticos camponeses e pela dinâmica do poder nas sociedades rurais (STAVENHAGEN, 2018, p. 22).

A agricultura tem um papel crucial como meio de desenvolvimento das sociedades desde os primórdios, quando houve a domesticação de plantas e fixação dos povos nas regiões onde se desenvolvia a agricultura. Essa relação fez com que se estabelecessem novos tipos de interação com a sociedade e com o ambiente com base nessa nova configuração. Apesar do avanço do capitalismo, ainda é possível encontrar locais que preservam a agricultura camponesa e observar a manutenção de dinâmicas que funcionam diferente da lógica do mercado, que conduz o funcionamento da agricultura capitalista. Por isso, a dinâmica da agricultura camponesa é tratada como uma forma de resistência e deve ser encarada como uma alternativa de desenvolvimento, tanto para seus atores como também para o local onde está inserida (STAVENHAGEN, 2018).

Apesar da resistência o autor compara “um "destino idêntico" dos camponeses e unidades domésticas, no pensamento desenvolvimentista, com o conjunto complexo de fenômenos inter relacionados, designado etnicidade ou questão étnica” (STAVENHAGEN, 2018, p. 24). Entretanto, salienta que “é impossível negar que os últimos anos trouxeram um ressurgimento da etnicidade como força mobilizadora em todo o mundo, tanto nos países subdesenvolvidos quanto nos desenvolvidos” (STAVENHAGEN, 2018, p. 37).

Dessa forma, propõe “que o etnodesenvolvimento, isto é, o desenvolvimento de grupos étnicos no interior de sociedades mais amplas, deva tornar-se a principal questão da reflexão sobre o desenvolvimento, tanto teórica quanto praticamente” (STAVENHAGEN, 2018, p. 41). Essa afirmação se dá devido ao etnodesenvolvimento ser “concebido como um processo dinâmico e criativo que, mais do que limitar, pode liberar energias coletivas para o desenvolvimento” (STAVENHAGEN, 2018, p. 43).

Quando trata-se do etnodesenvolvimento como uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista, como propõe Stavenhagen (2018), o impacto do avanço de um único modelo de desenvolvimento em detrimento a outras formas possíveis, como o etnodesenvolvimento observado em muitas sociedades é colocado em questão.

As principais hipóteses investigadas neste estudo verificarão se a resistência da agricultura camponesa em relação às modificações impostas pelo mercado estão relacionadas com características do etnodesenvolvimento e princípios praticados desde as sociedades não-mercantis, como fatores responsáveis pela superação da agricultura camponesa em relação à empresarial.

A partir das considerações descritas, o objetivo do presente artigo é realizar uma breve exposição dos tipos de agricultura familiar praticadas na atualidade, compreender suas diferenças e relacionar com a abordagem do etnodesenvolvimento, elencando princípios que permitem a sobrevivência e permanência da agricultura camponesa frente ao desenvolvimento da sociedade de mercado. Para isso, o estudo está dividido em três blocos. O primeiro apresenta os tipos e as características da agricultura familiar; o segundo apresenta as relações de mercado a qual a agricultura familiar e outras modalidades estão inseridas e como estas se relacionam com o mercado a partir dos princípios de organização da economia de sociedades não-mercantis e da sociedade de mercado; e o terceiro, e último, aborda o etnodesenvolvimento e características que demonstram como a agricultura camponesa pode ser uma alternativa de desenvolvimento.

Para embasar a pesquisa utilizou-se as definições sobre os tipos de agricultura propostos por Jan Douwe van der Ploeg (2006), as considerações de Polanyi (2000) referentes às sociedades não-mercantis e sociedade de mercado e de Stavenhagen (2018) sobre o etnodesenvolvimento.

2. AGRICULTURA FAMILIAR, SOCIEDADE DE MERCADO E ETNODESENVOLVIMENTO

2.1 Contradição e complementaridade: as constelações da agricultura familiar

A agricultura familiar é plural, complexa e mais que um sistema produtivo ela é um meio de vida, com atores, paisagens e dinâmicas próprias de existência. Pode-se conceituar uma unidade de produção como familiar sob aspectos como mão de obra, quantidade de módulos fiscais, movimentação financeira, existência de rendas não agrícolas, entre outras formas. No Brasil, a Lei 11.326

de 2006, regulamenta alguns requisitos para enquadramento de uma unidade de produção no regime da agricultura familiar. De acordo com o Artigo 3º da Lei:

Considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; e IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

Porém, além das questões legais envolvidas, esse grupo social possui diversas dinâmicas próprias que caracterizam o espaço rural, indo além de ser apenas um sistema produtivo, mas se caracterizando também pelo modo com que os atores se relacionam, se desenvolvem e desenvolvem este espaço.

Mesmo havendo a possibilidade de conceituar a agricultura familiar a partir das diversas dimensões que a compõem, para fins de delimitação neste trabalho e como objetivamos relacionar com abordagens mercadológicas, adotaremos as definições do autor Ploeg (2006) para agricultura familiar. O autor inicia a abordagem baseando-se em três premissas. Na primeira, segundo Ploeg (2006) a agricultura familiar abarca a forma camponesa e empresarial de se fazer agricultura. A segunda compreende os aspectos contrastantes desses modos de produção, sendo possível estabelecer as diferenças e categorizar os tipos de agricultura, considerando-se o “destino da produção, distribuição e apropriação de valor” (PLOEG, 2006, p. 14). E a última premissa se refere mais a especificidade do modo de produção camponês em “termos de produção de valor e sua relação com o desenvolvimento” (PLOEG, 2006, p. 14).

Além das três premissas, o autor apresenta as interfaces complexas das diferentes formas de agricultura, que são contraditórias, mas combinadas (PLOEG, 2006) e que envolvem três tipos de agricultura: a camponesa, a empresarial e a capitalista. Para caracterizar os tipos de agricultura abordados, estes são descritos com base nas relações estabelecidas entre as unidades de produção agrícola e os diferentes mercados a partir de como “seus elementos são mobilizados ou produzidos, reproduzidos e ou trocados em circuitos não-mercantis” (PLOEG, 2006, p. 18). Assim, os tipos de produção são classificados em função da mercantilização do resultado da produção, outros recursos necessários para produção, força de trabalho e objetivos da produção. Para auxiliar na compreensão da relação agricultura e mercado, apresentamos a Tabela 1, em que o sinal - indica a não mercantilização dos fatores de produção e o sinal + representa a mercantilização dos fatores.

Tabela 1. Diferentes formas de produção mercantil (Fonte: Ploeg, 2006).

Forma de produção de mercadoria	Doméstica (PD)	Pequena (PPM)	Simple (PSM)	Capitalista (PCM)
Resultado da produção	-	+	+	+
Outros recursos	-	-	+	+
Força de trabalho	-	-	-	+
Objetivos	auto - abastecimento	sobrevivência	renda	mais-valia

A tabela apresenta os quatro tipos de produção mercantil. De acordo com a forma de produção de mercadoria, a produção doméstica (PD) é a única que não se enquadra como produção mercantil, pois o resultado da produção, outros recursos e a força de trabalho não se enquadram como itens mercantilizados. Essa forma de produção pode caracterizar-se como pertencente à agricultura camponesa. A pequena produção mercantil (PPM) e a produção simples mercantil (PSM) são as primeiras formas que aparecem com a agregação do termo "mercantil" na sua apresentação. Apesar do objetivo de cada uma ser diferente, sendo a sobrevivência e a renda, respectivamente, ambas possuem o resultado da produção e outros itens como mercantilizados. Diante desses aspectos, pode-se considerar como pertencentes a agricultura empresarial, mas não pode-se desconsiderar o fato de que ambas preservam características da PD, que está relacionada à agricultura camponesa. Esse fato é resultado da observação, realizada pelo próprio Ploeg (2006), acerca das interfaces contraditórias, mas combinadas dos tipos de agricultura. Embora se distanciem em alguns aspectos, ainda existem sobreposições e similaridades, no que tange às dinâmicas de desempenho da atividade. Já a produção capitalista mercantil (PCM) tem como característica o resultado da produção, outros recursos e força de trabalho como itens mercantilizados e como objetivo a mais-valia. Esses fatores fazem com que seja enquadrada como um tipo capitalista de agricultura, significando que esse modelo de produção está inserido na lógica de mercado. Nesses sistemas observa-se a força de trabalho, a terra e o dinheiro como mercadorias, atendendo a sociedade de mercado e se distanciando dos princípios propostos por Polanyi que organizavam a sociedade e a economia pré-mercantil.

Tendo em vista as diferentes formas de produção e a relação agricultura e mercado aprofunda-se a investigação dos fatores que fazem com que sistemas diferentes do que visa a mais-valia continue existindo.

Para isso, apresenta-se os princípios e padrões citados por Polanyi, que estão presentes nas sociedades antes mesmo da invenção do dinheiro e do mercado, no modelo de economia da época (POLANYI, 2000). De acordo com Polanyi (2000) "nenhuma sociedade poderia sobreviver por qualquer período de tempo" se não possuísse algum tipo de economia nas relações estabelecidas (POLANYI, 2000, p. 62). Por isso, as sociedades pré-mercantis já haviam formas de economia estabelecidas, com princípios e dinâmicas que foram importantes para garantir sua sobrevivência.

A organização das sociedades era baseada nos princípios de reciprocidade, redistribuição e domesticidade. Esses três princípios eram institucionalizados com a ajuda de uma organização social que utilizava os padrões de simetria e centralidade. Essas obrigações mútuas firmavam as noções de convívio social e de não se ater a fins lucrativos de acúmulo de capital (POLANYI, 2000).

A importância das relações sociais que são estabelecidas e fortalecidas por um sistema que possui esses princípios, destaca que a existência de relações que não são baseadas em dinheiro "não afetam o sistema econômico de uma sociedade primitiva" (POLANYI, 2000, p. 78), pois é possível que as sociedades realizem suas atividades econômicas sem compartilhar da estrutura mercadológica predominante. A partir disso fortalecem-se os princípios de reciprocidade e redistribuição que estão ligados aos interesses sociais (POLANYI, 2000) e ainda de acordo com o autor:

Princípios de comportamento como esse, contudo, não podem ser efetivos a menos que os padrões institucionais existentes levem à sua aplicação. A reciprocidade e a redistribuição são capazes de assegurar o funcionamento de um sistema econômico sem a ajuda de registros escritos e de uma complexa administração apenas porque a organização das sociedades em questão cumpre as exigências de uma tal solução com a ajuda de padrões tais como a simetria e a centralidade (POLANYI, 2000, p. 68).

Diante de tais constatações, o próximo item deste trabalho irá aprofundar a discussão nos princípios citados acima, que destacamos serem fundamentais para o funcionamento de economias que possuem certo distanciamento da lógica de mercado.

2.2 Princípios: do comportamental ao econômico

De acordo com Schneider&Escher (2011) às "proposições centrais de Polanyi continuam oportunas" (SCHNEIDER; ESCHER, 2011, p. 185) no âmbito do desenvolvimento e especialmente do desenvolvimento rural.

Primeiro, porque suas ideias expressam a importância central da regulação social sobre a economia e do papel das instituições, enquanto instâncias mediadoras entre as estruturas socioeconômicas e os indivíduos, como atores sociais. Segundo, porque, no contexto atual, a hipótese de que as empresas transnacionais e suas articulações de expansão constituem a força hegemônica no controle dos sistemas agroalimentares e representam o equivalente ao "moinho satânico" do capitalismo "auto-regulado" e destrutivo descrito por Polanyi é retomada na ideia de que as mesmas operam como verdadeiros "Impérios Alimentares". Por fim, porque no meio rural, especialmente do Brasil (mas não só) existe uma miríade de formas de ordenamento e interação social e econômica, assentadas sobre princípios estudados por Polanyi, como a reciprocidade e a redistribuição, e em geral subalternas e pouco conhecidas, que representam a base a partir da qual se poderia constituir uma "outra" forma de desenvolvimento rural (SCHNEIDER; ESCHER, 2011, p. 185).

Essa última proposição dos autores sobre Polanyi contribui com a investigação sobre os fatores presentes na agricultura que faz com que formas alternativas à sociedade de mercado permaneçam. Acredita-se que a grande chave esteja nos princípios de reciprocidade, redistribuição e domesticidade que o autor trabalha, sendo descritos a seguir.

O princípio da reciprocidade "ajuda a salvaguardar tanto a produção como a subsistência familiar" (POLANYI, 2000, p. 67) e o princípio da redistribuição garantia que toda a produção fosse armazenada e abastecesse a comunidade (POLANYI, 2000). A presença desses princípios faziam com que houvesse a "ausência da motivação de lucro, a ausência do princípio de trabalhar por uma remuneração, a ausência do princípio do menor esforço e a ausência de qualquer instituição separada e distinta baseada em motivações econômicas" (POLANYI, 2000, p. 67), pois esses princípios já forneciam a garantia do funcionamento do sistema e vale ressaltar que estão mais relacionados a princípios de comportamento que princípios econômicos.

Além destes, ainda há o princípio da domesticidade que visa atender as necessidades dos membros do grupo e é tão importante quanto a reciprocidade e redistribuição (POLANYI, 2000), porque garante a produção para consumo próprio. Esse princípio só tornou-se aspecto da vida econômica quando as sociedades desenvolveram um nível mais avançado de agricultura, mas não

tinham motivações de ganho e nem com instituições de mercado (POLANYI, 2000). E mesmo com unidades de produção diferentes o princípio era praticado em todas:

Tanto no caso de entidades de família muito diferentes, como no povoamento, ou na casa senhorial, que constituíam unidades autossuficientes, o princípio era invariavelmente o mesmo, a saber, o de produzir e armazenar para a satisfação das necessidades dos membros do grupo (POLANYI, 2000, p. 73).

Outro aspecto importante para Polanyi, é a simetria, centralidade e autarquia, que auxiliam no funcionamento dos princípios citados acima.

A simetria nada mais é do que um arranjo sociológico que não dá origem a instituições isoladas, mas apenas padroniza as já existentes (se uma tribo ou uma aldeia é ou não simetricamente padronizada, isto não envolve qualquer instituição distinta). A centralidade, embora crie frequentemente instituições distintas, não implica motivação que particularizaria a instituição resultante para uma função específica única (o chefe de uma aldeia ou qualquer outra autoridade central pode assumir, por exemplo, uma série de funções política, militar, religiosa ou econômica, indiscriminadamente). Finalmente, a autarquia econômica é apenas um traço acessório de um grupo fechado existente (POLANYI, 2000, p. 77).

Essas características estimulam as relações sociais e de acordo com Radomsky e Schneider (2007) a ideia de dar, receber e retribuir possui uma característica que estimula não apenas a troca de produtos, mas a “sociabilidade humana, sobre qual se fundam a solidariedade, a integração social e as obrigações mútuas (RADOMSKY; SCHNEIDER, 2007, p. 254).

Para Radomsky e Schneider (2007), a “noção de reciprocidade possui bases em uma economia moral e funda-se em recursos sociais disponíveis no território para aqueles que partilham os códigos sociais e que estão inseridos na história local” (RADOMSKY; SCHNEIDER, 2007, p. 252). Ainda nesse sentido, o princípio da reciprocidade está ligado, sobretudo, à organização da família, parentesco, ajudando a assegurar a produção e a subsistência familiar, já que esse princípio tem como base o benefício mútuo (POLANYI, 2000).

Porém, com as transformações ocorridas na forma da sociedade se relacionar com o mercado a partir de um sistema econômico organizado em instituições separadas, baseado em motivos específicos e concedendo um status especial, a sociedade teve que se remodelar para permitir que o sistema funcione sob suas próprias leis. Com base nisso apresenta-se a constatação de que uma economia de mercado só pode funcionar numa sociedade de mercado, esperando-se que os seres humanos se comportem de maneira que vise atingir o máximo de ganhos monetários (POLANYI, 2000, p. 89).

Essa alteração é abordada por Polanyi (2000):

Enquanto o mercantilismo se preocupava com o desenvolvimento dos recursos do país, inclusive o pleno emprego, através dos negócios e do comércio - e levava em conta, como um dado certo, a organização tradicional da terra e do trabalho, a sociedade de mercado alterou essas relações (POLANYI, 2000, p. 92).

No momento em que a sociedade do século XIX “isolou a atividade econômica e a ela foi imputada uma motivação econômica distinta” (POLANYI, 2000, p. 93), fatores de produção como terra e trabalho, que antes eram constituintes das sociedades e do ambiente natural no qual se desenvolviam, foram incluídos no mecanismo de mercado, “subordinando a substância da própria sociedade as leis do mercado (POLANYI, 2000, p. 93).

E assim, características e princípios de comportamento foram sendo substituídos por leis contrárias às essências das próprias sociedades e as necessidades e o domínio do poder fizeram com que não houvesse alternativas em muitos casos que não entrar nesse sistema, muitas vezes em nome do progresso e do desenvolvimento. Esse “progresso” foi feito à custa da desarticulação social, pois uma fé cega no progresso espontâneo havia se apossado da mentalidade” (POLANYI, 2000, p. 97).

De acordo com Little (2002)

a partir do final da década de 1960, outros antropólogos começaram a registrar os impactos devastadores dos projetos de desenvolvimento sobre os povos camponeses e tribais, que em muitos casos provocaram deslocamentos forçados e a desarticulação de seus sistemas de organização social (LITTLE, 2002, p. 37).

Segundo Polanyi (2000) “a sociedade humana poderia ter sido aniquilada, de fato, não fosse a ocorrência de alguns contramovimentos protetores que cercearam a ação desse mecanismo autodestrutivo” (POLANYI, 2000, p. 98). A soma de fatores de modificação e substituição das dinâmicas foi ocasionada por esse modelo de desenvolvimento.

2.3 Etnodesenvolvimento: buscando a resposta na origem

No contexto das transformações ocorridas na agricultura os contramovimentos estão imersos nas “práticas diversas e heterogêneas dos agricultores familiares e camponeses, os quais buscam defender, criar autonomia e melhores condições de vida como respostas locais para problemas globais” (SCHNEIDER; ESCHER, 2011, p. 210).

A partir da análise do conceito de agência de Anthony Giddens que aborda a atuação dos atores como agentes da mudança social e capazes de alterar as estruturas institucionais, Schneider&Escher (2011) tratam da interação entre atores e estrutura na agricultura. A partir da análise ressaltam que a interação dos atores e estrutura resulta em “práticas locais de trabalho e produção e de arranjos sociopolíticos territorialmente institucionalizados, adaptados pelos agricultores às suas possibilidades de reprodução socioeconômica” (SCHNEIDER; ESCHER, 2011, p. 210). Isso ocorre

... de acordo com as experiências dos atores envolvidos, suas perspectivas, valores, interesses e procedimentos, eles podem resistir às tendências tecnológicas e institucionais hegemônicas, intervindo e alterando diretamente os processos de trabalho e produção e, assim, os próprios espaços de produção e vida (SCHNEIDER; ESCHER, 2011, p. 210).

Esses fenômenos estão de acordo com o que Polanyi (2000) já chamava de contramovimentos. Considerando-se a ação dos agricultores organizando-se como forma de resistência à dependência imposta pelos impérios alimentares, o desenvolvimento de autonomia, potencializa os processos de produção e trabalho mais sustentáveis ecologicamente na agricultura (PLOEG, 2006). Associado a isso existe o novo interesse na agricultura familiar, que coincide com os debates contemporâneos na Europa,

nos quais as noções de camponato e agricultura camponesa estão reemergindo como elementos-chave para a compreensão de diversos processos complicados e mutuamente contraditórios de transição que vêm ocorrendo no meio rural europeu (PLOEG, 2006, p. 13).

Esse movimento pode ser explicado através do conceito de recampesinização e também pela agricultura camponesa não estar sendo vista como um obstáculo para o desenvolvimento e a mudança, mas como uma potencial forma de desenvolvimento (PLOEG, 2006).

Essas observações se dão fundamentalmente porque ao contrário dos prognósticos de tantas teorias do desenvolvimento, o campesinato mundial, não apenas não desapareceu, como também parece disposto a uma longa sobrevivência, muito embora nas mais desfavoráveis condições (STAVENHAGEN, 2018, p. 21).

E como também foi observado por Ploeg (2006), mesmo “o surgimento do modo empresarial de produção agropecuária não fez desaparecer o modo camponês de produção. Em muitos lugares, em todo o mundo, permaneceram importantes “bolsões” de agricultura camponesa” (PLOEG, 2006, p. 17).

Segundo Ploeg (2006) a

... luta pela autonomia (e pela sobrevivência, pela dignidade, por uma vida melhor) em uma sociedade que condena pessoas à submissão, dependência, privação e as ameaça com a deterioração de seus meios de vida, torna-se central para a “condição camponesa”. Esta luta pela autonomia, que o campesinato compartilha com muitas outras categorias sociais, articula-se, no caso específico do campesinato, como processo contínuo de construção, aperfeiçoamento, ampliação e defesa de uma base de recursos (PLOEG, 2006, p. 20).

Na discussão desses recursos ainda temos a seguinte contribuição do autor:

Com esses recursos (que não se restringem apenas aos recursos naturais, mas que incluem um amplo leque de recursos sociais, como, por exemplo, conhecimento local, redes sociais, instituições específicas), os camponeses se inserem na co-produção. Um elemento estratégico aqui é que a base de recursos que permite a co-produção é basicamente composta por não mercadorias (e/ou por mercadorias convertidas em não-mercadorias) (PLOEG, 2006, p. 21).

Em relação a um período histórico o autor comenta que a

produção empresarial pode apenas se materializar e se desenvolver devido às novas condições introduzidas e consolidadas pelo projeto de modernização massiva iniciado nas décadas de 60 e 70 em quase todo o mundo, ainda que com diferentes ritmos e diferentes consistências (PLOEG, 2006, p. 15).

As consequências da modernização na produção agropecuária mundial foram os aumentos significativos de escala de produção, redução na absorção de trabalho agrícola, intensificação produtiva e também um abrupto e multifacetado processo de mercantilização (PLOEG, 2006). O autor descreve o processo de mercantilização como um resultado e um pré-requisito de todos os processos anteriores, devido a alteração de um modelo de co-produção baseado em não mercadorias para um em que tudo se torna mercadoria (PLOEG, 2006).

A partir destas constatações podemos relacionar com a Tabela 1, na qual apresentamos a condições de produção e objetivos, dessa forma o conceito de campesinato aparece como uma forma alternativa para o desenvolvimento com maior autonomia. Atualmente, esses princípios podem ser observados em sociedade que não possuíram tanta influência do mercado e ainda mantém essas características na sua organização, garantindo assim sua perpetuação ao longo do tempo. A relação de manter uma distância do mercado é frequentemente um pré-requisito para um funcionamento econômico adequado (PLOEG, 2006) e constata-se no modo de produção camponês “um permanente

empenho no sentido de distanciar o processo de produção o tanto quanto possível do reinante e frequentemente sufocante circuito mercantil” (PLOEG, 2006, p. 39).

No aspecto do desenvolvimento no modo de produção camponês ocorre um “crescimento em dois níveis interconectados: o da comunidade camponesa e dos atores individuais engajados no processo de produção” (PLOEG, 2006). Esse processo de participação na produção faz com que haja a preocupação das unidades de produção em progredir, tanto na evolução da própria unidade de produção como através da unidade de produção, isso faz com que a unidade de produção seja uma ferramenta de desenvolvimento e transformação social, permitindo também a evolução dos meios de vida para os atores diretamente envolvidos e para comunidade como um todo. Esses fatores, como constatado por Ploeg (2006) “leva, no plano da comunidade (ou da economia regional), a um crescimento geral do valor agregado” (PLOEG, 2006, p. 27).

3. CONCLUSÃO

O estudo constatou que o universo da agricultura familiar se desdobra em diversas vertentes. Apesar de possuírem características específicas, que possibilitam realizar a distinção entre os tipos de agricultura, também se assemelham em alguns aspectos, o que atribui-se ao ponto de origem comum dessa atividade. As diferenças surgiram naturalmente com a difusão da atividade para os mais diversos locais e povos, sendo influenciada pela cultura, elementos diferentes na prática da agricultura, paisagens e demais condições do local. Com o advento do capitalismo a agricultura camponesa passou por transformações e atualmente pode ser considerada como um tipo de agricultura familiar, que abarca ainda a agricultura empresarial e capitalista. Verificou-se que a dinâmica adotada na organização da agricultura camponesa apresenta vantagens em detrimento da agricultura empresarial, pois aproxima-se de um sistema com características não-mercantis, que consideramos nesse artigo, um fator crucial para a sobrevivência deste sistema.

Os elementos chave para a diferenciação dos tipos de agricultura estão na relação destas com os circuitos mercantis. Dessa forma, é possível identificar níveis maiores e menores de relação com o mercado, sendo esta proporcional a interferência que este irá exercer nas dinâmicas de produção. Nos modos de produção que conservam as relações mais distantes do mercado e se aproximam da agricultura camponesa observamos maior autonomia e uma relação social mais intensa entre os atores, assim como a forma de trabalhar com todos os fatores envolvidos, caracterizando-se como uma forma mais holística de produzir.

Internamente, dentre os fatores que possibilitam a sobrevivência da agricultura camponesa, que não está totalmente inserida na engrenagem da sociedade de mercado, observa-se os princípios de reciprocidade, redistribuição e domesticidade. Os três fatores citados fortalecem os laços entre a sociedade que desenvolve esse tipo de agricultura, sendo alicerce para a reprodução desses meios de vida, garantindo a reprodução e permitindo o funcionamento, assim como era antes da sociedade mercantil.

Diante dessa constatação, atestamos a hipótese de que a resistência da agricultura camponesa em relação às modificações impostas pelo mercado estão relacionadas com características do etnodesenvolvimento que possuem princípios praticados desde as sociedades não-mercantis, sendo esses fatores importantes para a superação da agricultura camponesa em relação a empresarial.

A tentativa de estudar mais a fundo como essas sociedades estabelecem a relação necessita a inserção nesse meio para que as dinâmicas sejam vivenciadas. Diferente de modelos com regras estabelecidas e descritas, a subjetividade que está por trás da relação social que impera na agricultura camponesa carece de aprofundamento. Por isso, buscar conhecer detalhadamente esses meios de vida, podem possibilitar a difusão desses saberes, formas de se relacionar com o mundo e com a sociedade, além dos aspectos relacionados à agricultura. Esse resgate deve ser realizado sem o objetivo de implementar um modelo de desenvolvimento único para todos os lugares, pois sabe-se que isso não funciona, mas como uma forma de aprender com as especificidades de cada local e a melhor forma de lidar com ele e desenvolvê-lo a partir de dinâmicas de seu próprio povo. A existência de um sistema que permite o desenvolvimento da produção, manutenção das relações sociais, a autonomia na tomada de decisão, cria um ambiente de desenvolvimento local mais independente do mercado.

Quando retratamos a situação ocorrida no passado, citada por Polanyi, com o advento da sociedade de mercado, das instituições e transformações ocorridas é difícil situar em tempos verbais os movimentos ocorridos em passado e presente, pois os movimentos de desarticulação, interesse do Estado e a pressão exercida pela sociedade de mercado, não é um tema que ficou no passado. Sabe-se que a história é dinâmica e que apesar dos acontecimentos serem apresentados em uma escala linear de tempo, movimentos em nome do progresso e do desenvolvimento estão presentes fortemente nos dias atuais. Os movimentos de desarticulação e enfraquecimento de sociedades que resistem ao sistema é um fato. Assim como a tentativa de conquista e posse de territórios que tem suas dinâmicas próprias, mas que são vistos como atrasados e tratados como se fossem um obstáculo para o desenvolvimento.

Territórios que sobrevivem, resistem e dão exemplo de que é possível e existem alternativas para superarmos o padrão imposto podem ser encontrados em todos os continentes e devem ser observados com vistas ao aprendizado. Em função dos diversos estudos que vêm acontecendo, cada vez mais os olhares estão se voltando a essas formas de desenvolvimento para garantir que haja a sobrevivência no futuro.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei no 11.326, de 24 de junho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm#:~:text=Estabelece%20as%20diretrizes%20para%20a,Ar>. Acesso em: 30 jul. 2022.

LITTLE, Paul. Etnodesenvolvimento local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global. **Tellus**. Campo Grande - MS, Ano 2., N. 3, p. 33-52, 2002.

RADOMSKY, G.; SCHNEIDER, S. Nas teias da Economia: o papel das redes sociais e da reciprocidade nos processos locais de desenvolvimento. **Sociedade e Estado, Brasília**, v. 22, n. 2, p. 249-284, 2007.

SCHNEIDER, S.; ESCHER, F. A contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 13, n.27., p. 180-219, 2011.

STAVENHAGEN, R. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. **Anuário Antropológico**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 11–44, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6327>. Acesso em: 30 jul. 2022.

PLOEG, J. D. V. da. **O modo de produção camponês revisitado**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

POLANY, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. RJ: Ed. Campus, 1980.